

O Programa de Fomento à Pesquisa na Escola Superior de Ciências da Saúde: história e desafios

The Research Funding Program in the School of Health Sciences: history and challenges

Claudia Cardoso Gomes da Silva¹
 Cláudia Vicari Bolognani²
 Vanessa de Amorim Teixeira Balieiro³
 Leila Bernarda Donato Göttems⁴
 Wania Maria do Espírito Santo Carvalho⁵

RESUMO

Objetivo: descrever a trajetória do Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS/Fepecs de 2008 a 2020 e apontar caminhos para o avanço desta política de fomento no DF.

Método: análise documental de editais, relatórios, currículo *lattes* dos pesquisadores, documentos normativos de acesso público e revisão de literatura não exaustiva.

Resultados: foram financiadas 108 pesquisas equivalentes a uma execução orçamentária de R\$3,9 milhões. Os projetos foram coordenados por pesquisadores doutores (67), mestres (37) e especialistas (11). Produziram-se materiais bibliográficos, técnicos e tecnológicos coerentes com as necessidades do SUS-DF.

Conclusões: o programa representa um esforço de fomentar pesquisas integradas aos contextos de cuidado, vigilância e gestão em saúde. A disponibilidade orçamentária, a qualificação dos projetos de pesquisa e a busca pela incorporação dos conhecimentos produzidos, são desafios perenes para o avanço e manutenção do Programa.

Palavras-chave: Financiamento da pesquisa; Fontes de financiamento de pesquisa; Avaliação da pesquisa em saúde; Agenda de prioridades de pesquisa em saúde/ Agenda nacional de prioridades de pesquisa em Saúde.

ABSTRACT

Objective: to describe the trajectory of the Research Funding Program of ESCS/Fepecs from 2008 to 2020 and point out the ways to advance this funding policy in the Federal District/Brazil.

Method: documental analysis of public notices, reports, researchers' curricula, public access legal documents and non-exhaustive literature review.

Results: 108 research projects were financed - the equivalent to a budget execution of R\$3.9 million. The projects were coordinated by

¹Fisioterapeuta e Psicóloga, Mestre em Ciências da Saúde pela Escola Superior de Ciências da Saúde. Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica - ESCS. Brasília, DF, Brasil.

²Médica Ginecologista e Obstetra, Doutora e Mestre em Ginecologia e Obstetria pela UNESP/Botucatu, Docente do Curso de Medicina da ESCS. Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica - ESCS. Brasília, DF, Brasil.

³Fisioterapeuta, Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília. Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica - ESCS. Brasília, DF, Brasil.

⁴Enfermeira, Doutora em Administração e Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB), docente dos Programas de Mestrado Profissional e Acadêmico em Ciências da Saúde da ESCS, docente da Universidade Católica de Brasília (UCB). Brasília, DF, Brasil.

⁵Assistente Social, Doutora em Medicina Preventiva pela Faculdade de Medicina da USP. Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica - ESCS. Brasília, DF, Brasil.

Correspondência: Claudia Vicari Bolognani
 - E-mail: claudiavicari@gmail.com

researchers with doctorate degree (67), master's degree (37) and specialist level degree (11). Bibliographic, technical and technological materials consistent with the needs of the SUS-DF have been produced.

Conclusion: the program represents an effort to promote researches integrated with the context of health care, practice and management. The bud-

get availability, qualifying research projects and seeking to incorporate the knowledge produced are perennial challenges for the advancement and maintenance of the Program.

Key Words: Research funding; Support of research; Health research evaluation; Health research agenda.

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica e tecnológica em saúde é essencial para o aprimoramento das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população. O debate sobre a importância da pesquisa para os sistemas e serviços de saúde ganhou força a partir de 1990, liderado pelo *Council on Health Research for Development* (COHRED) e pelo *Global Forum for Health Research*, entidades que se uniram em 2010 e formaram uma organização não governamental internacional, cujo objetivo principal é fortalecer a pesquisa e inovação para os sistemas de saúde, com foco em países de baixa e média renda, que consideram a saúde como um direito, a equidade como um princípio e a pesquisa como uma ferramenta estratégica para gerar prosperidade econômica e social¹.

Considerando o Brasil um país em desenvolvimento, com inúmeras necessidades de investimentos em saúde, mas com recursos limitados, é necessário definir onde serão utilizados os recursos, quais são as prioridades de pesquisa, e buscar

fontes de financiamento. As agências de fomento à pesquisa cumprem o papel de indutores na realização de pesquisas e sua divulgação no meio acadêmico nacional e internacional, apoiando financeiramente o desenvolvimento, a finalização e a publicação dos trabalhos científicos induzidos ou espontâneos.

A Constituição Federal de 1988² por meio da Emenda Constitucional n.º 85 de 2015³, em seu artigo 219-A, prevê a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação pelos entes públicos das três esferas da federação:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei³.

O financiamento público da pesquisa no Brasil se dá por meio de diferentes sistemas e instituições. Na esfera Federal, as instituições fomentadoras estão ligadas direta ou indiretamente aos ministérios brasileiros, a saber:

- O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que conta principalmente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável pelo financiamento de projetos de pesquisa, bolsas para pesquisadores e programas de cooperação internacional; e com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que por sua vez direciona investimentos a projetos tecnológicos em parceria com empresas, tendo como fonte de recursos o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Fundos Setoriais;

- O Ministério da Educação (MEC), que conta com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), agência de financiamento e de avaliação de projetos, de bolsas de pesquisa e programas de cooperação internacional;

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é o principal instrumento do país de financiamento em longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, na inovação e desenvolvimento, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas.

As Agências estaduais constituem as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAP), agências estatais, vinculadas às Secretarias de Ciência e de Tecnologia de cada estado. Financiam projetos de pesquisas, bolsas para pesquisadores e programas de cooperação internacional. No Distrito Federal (DF), por exemplo, temos a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).

Outras fontes de apoio às pesquisas e aos pesquisadoressão os financiamentos institucionais, como é o caso de algumas universidades públicas que possuem suas próprias agências, fundações e fundos separados, os quais são geridos com o propósito de apoiar suas faculdades, docentes e estudantes, no que tange à pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas. Existem ainda os financiamentos empresariais, realizados pelas empresas públicas, mistas ou privadas, as quais financiam pesquisas, por meio de editais, chamadas ou atividades em parceria

com órgãos governamentais ou universidades, como é o caso da Petrobrás.

Na área da saúde, o Ministério da Saúde (MS) é um importante ator na promoção e incentivo ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na área da saúde, conforme está preconizado no artigo 200, inciso V, da Constituição Federal de 1988². O MS deve atuar tanto no desenvolvimento de uma política de ciência, tecnologia e inovação para a saúde, quanto na definição de prioridades de investigações, visando contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da incorporação de novos conhecimentos e tecnologias¹.

No contexto do DF, a Lei Orgânica do Distrito Federal⁴, em seus artigos 158 (acrescentado o inciso X pela Emenda à Lei Orgânica n.º 72/2014)⁵ e 196, respectivamente, também prevê o fomento à inovação, com prioridade à pesquisa em desenvolvimento científico e tecnológico superior:

Art. 158. A ordem econômica do Distrito Federal, fundada no primado da valorização do trabalho e das atividades produtivas, em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal, tem por fim assegurar a todos existências dignas, promover o desenvolvimento econômico com justiça social e a melhoria da qualidade de vida [...]

X – fomento à inovação, dando-se prioridade à pesquisa em desenvolvimento científico e tecnológico superior e, principalmente, ao ensino técnico profissionalizante [...]⁵

Art. 196. O Poder Público apoiará e estimulará instituições e empresas que propiciem investimentos em pesquisa e tecnologia, bem como estimulará a integração das atividades de produção, serviços, pesquisa e ensino, na forma da lei⁵.

No âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs), criada por meio da Lei n.º 2.676/2001⁶, com estatuto aprovado pelo Decreto n.º 21.941, de 7 de fevereiro de 2001⁷, tem como atribuições, entre outras, manter a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS); promover e apoiar a execução da educação profissional em nível técnico, de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, treinamento e capacitação, e o desenvolvimento científico tecnológico do Sistema Distrital e Regional de Saúde, com base nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde⁶.

No cumprimento de suas atribuições, a Fepecs, com objetivo de fomentar pesquisas para o desenvolvimento do sistema de saúde, criou a modalidade de Fomento à Pesquisa, por meio da Instrução Fepecs n.º 21/2008⁸, complementada pela Instrução n.º 15/2011⁹, que aprovou o Manual de Prestação de Contas da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde. Em 2020 e início de 2021, os normativos afetos ao Programa foram atualizados, respectivamente, pela Instrução Fepecs n.º 28/2020¹⁰ e pela Instrução Fepecs n.º 03/2021¹¹.

Segundo a Instrução Fepecs n.º 28/2020, o Programa de Fomento à Pesquisa tem como objetivos: (i) fomentar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população e contribuir para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal (SUS/DF); (ii) promover o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde na SES/DF, aproximando os campos da educação, pesquisa e da atenção à saúde, (iii) contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos nas atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, colaborando para a formação de profissionais que se dedicam ao fortalecimento da capacidade inovadora, que atenda às necessidades da SES/DF; (iv) fortalecer as áreas de pesquisa dentro da SES/DF, estimulando a produção e a transferência de conhecimentos e evidências, que apoiem a construção de ações de promoção de saúde, de políticas públicas de saúde e de tomada de decisão em gestão; (v) fomentar a interação intra e interinstitucional¹⁰.

A ESCS, por intermédio da Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica (CPECC), é a responsável pela operacionalização e execução administrativa do Programa de Fomento à Pesquisa, financiado pela Fepecs. Em 2021, o Programa de Fomento completa 14 anos, com cento e oito projetos de pesquisa financiados de 2008 a 2020, tornando-se um dispositivo relevante para o desenvolvimento dos serviços de saúde e ferramenta essencial para o desenvolvimento das pesquisas no âmbito da SES/DF.

Este artigo tem o objetivo de descrever a trajetória do Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS de 2008 a 2020, a partir das informações dos projetos, áreas e eixos temáticos, perfil dos pesquisadores e recursos executados.

Ademais, busca-se apontar caminhos para o avanço desta política de fomento à pesquisa em saúde no DF.

MÉTODO

Realizou-se análise documental e revisão de literatura não exaustiva. A análise documental consiste no exame de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor¹². Os documentos analisados foram os editais de processos seletivos de projetos de pesquisa, relatórios de prestação de contas, relatórios de gestão, currículo lattes dos pesquisadores e documentos normativos do Programa publicados pela ESCS/Fepecs. Todas as fontes de informação são acessíveis ao público externo. A revisão de literatura foi realizada por meio de artigos científicos publicados em periódicos e disponíveis em bibliotecas virtuais, com uso das expressões-chave: Pesquisa em Serviços de Saúde, Gestão do Conhecimento para a Pesquisa em Saúde, Planos e Programas de Pesquisa em Saúde e Política de Pesquisa em Saúde.

RESULTADOS

Prioridades de pesquisa para o SUS-DF

A CPECC da ESCS/Fepecs tem atuado junto com a FAP/DF, desde 2008, na identificação das prioridades de pesquisa para o SUS-DF. A CPECC/ESCS representa a SES/DF nesse contexto, integrando o Comitê Gestor do Programa de Pesquisa para o SUS (PP-SUS/DF), em conjunto com a FAP/DF, MS e o CNPq. O papel da CPECC/ESCS é promover o encontro entre os gestores do SUS/DF, profissionais de saúde e pesquisadores do DF para que possam discutir problemas, lacunas de conhecimento e as demandas dos serviços de saúde, sobretudo da SES/DF. Esta etapa do processo é extremamente relevante, uma vez que os diversos atores envolvidos atuam motivados por interesses, ideologias e objetivos diversificados^{1,13}. Desse modo, seguindo a Política Nacional de Prioridades de Pesquisa para o SUS, periodicamente, a CPECC/ESCS aplica a metodologia definida pelo MS no cenário local e realiza as Oficinas de Prioridades para o SUS. Os resultados destas oficinas subsidiam a elaboração dos editais, tanto do PPSUS/DF, publicados pela FAP/DF, como também os editais do Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS/Fepecs.

No Quadro 1, são apresentados os Eixos Prioritários de Pesquisa que foram referência para os editais de seleção de projetos do Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS/Fepecs de 2008 a 2020. Observa-se que o Programa de Fomento à Pesquisa utilizou os mesmos eixos em 2008 e de 2010 a 2018. Em 2009, foi lançado Edital para apoiar o Programa de Mestrado Acadêmico Interinstitucional (Minter), em Ginecologia e Obstetrícia, parceria da ESCS com a Faculdade de Medicina (Campus de Botucatu) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Em 2019, o Edital do PFP da ESCS/Fepecs adotou os eixos da Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde (APPMS). Após levantamento de prioridades realizado pela CPECC/ESCS em 2020, o edital daquele ano contou com a atualização dos Eixos Prioritários de Pesquisa.

O programa de Fomento à Pesquisa da ESCS/Fepecs financiou total ou parcialmente, de 2008 a 2020, 108 projetos de pesquisa, o que resultou em uma execução orçamentária de R\$3,9 milhões, conforme se visualiza na Tabela 1. O Programa está inscrito na natureza de despesa 33.90.20, fonte 100, Recursos do Tesouro. Os projetos são selecionados por meio de processo seletivo específico, que tem como objetivos avaliar o mérito científico dos projetos e a produção científica e titulação dos pesquisadores responsáveis.

O repasse financeiro ocorre mediante a assinatura de Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica, Tecnológica ou de Inovação, denominado TOA, em nome do coordenador/proponente do projeto, observando-se a legislação vigente. A duração dos projetos costuma variar de 24 a 36 meses, e todos os projetos têm seu desenvolvimento técnico científico acompanhado pela CPECC/ESCS.

Quadro 1

Eixos prioritários de pesquisa nos editais do Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS/Fepecs de 2008 a 2020

2008 e 2010 a 2018	2009
Eixo 1 - Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento. Eixo 2 - Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde; Eixo 3 - Doenças e Agravos. Eixo 4 - Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados. Eixo 5 - Promoção da Saúde. Eixo 6 - Meio Ambiente e Vigilância em Saúde.	Eixo 1 - Saúde da mulher Eixo 2 - Saúde materno-infantil
2019	2020
Eixo 1 – Ambiente, trabalho e saúde Eixo 2 – Assistência farmacêutica Eixo 3 – Avaliação pós-incorporação Eixo 4 – Desenvolvimento de tecnologias e inovação em saúde Eixo 5 – Doenças crônicas não-transmissíveis Eixo 6 – Doenças transmissíveis Eixo 7 – Economia e Gestão em Saúde Eixo 8 – Gestão do trabalho e educação em saúde Eixo 9 – Programas e políticas em saúde Eixo 10 – Saúde da mulher Eixo 11 – Saúde da população negra e das comunidades tradicionais Eixo 12 – Saúde do idoso Eixo 13 – Saúde indígena Eixo 14 – Saúde materno-infantil	Eixo 1 - Monitoramento de Epidemias e Catástrofes. Eixo 2 - Tecnologia e Inovação em Saúde. Eixo 3 - Gestão Estratégica em Saúde Pública. Eixo 4 - Atenção Integral em Doenças e Agravos. Eixo 5 - Comunicação, Gestão do Trabalho e Formação em Saúde.

Fonte: CPECC/ESCS, junho/2021.

Os diferentes valores para cada edital e diferentes quantidades de projetos se justificam pelos seguintes motivos: (i) os recursos disponíveis por edital não são definidos pela unidade que os executa, dependem de disponibilidade definida na Lei Orçamentária Anual (LOA); (ii) o número de projetos depende tanto do total de recursos do edital, quanto do valor limite estipulado para cada projeto e do número de projetos selecionados, de modo que o total de recursos seja distribuído obedecendo à classificação até que se esgotem os recursos. O edital com mais recurso disponível foi o de 2019, com R\$ 459.000,00, e o com menor valor foi o segundo edital de 2010, no valor de R\$ 50 mil. Nos anos de 2010 e 2013 foram lançados dois editais, para que o total de recurso disponível pudesse ser executado.

lação, observou-se maior número de projetos coordenados por pesquisadores com doutorado (67) e mestrado (37). Somente no ano de 2009 todos os pesquisadores coordenadores tinham titulação máxima de especialista por se tratar de um edital específico para servidores da SES-DF que estavam cursando o Minter em Ginecologia Obstetrícia e Mastologia. Dos que participaram do Edital de 2009, 10 coordenadores tiveram aumento de titulação de especialista para mestre entre 2009 e 2011. Outros seis coordenadores, que participaram deste e de outros editais em anos subsequentes, qualificaram-se de especialista para doutor entre os anos de 2009 e 2017.

Tabela 1

Valores concedidos pelo Programa de Fomento à Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Saúde de 2008 a 2020. Brasília-DF, 2021. Brasília, DF, Brasil, 2021

Edital/ano	N de projetos	Valor concedido em reais
57/2008	09	192.699,50
34/2009	11	147.761,15
02/2010	09	139.326,40
53/2010	03	50.000,00
12/2011	09	240.256,65
02/2012	09	308.859,00
18/2013	09	370.831,00
41/2013	04	129.000,00
11/2014	04	171.302,00
36/2015	05	331.698,21
16/2016	06	300.000,00
26/2017	07	417.915,30
16/2018	08	440.000,00
22/2019	10	459.900,00
15/2020	05	294.690,58
Total	108	3.994.239,79

Fonte: CPECC/ESCS, junho/2021.

Perfil dos pesquisadores

O perfil dos pesquisadores que exerceram a função de coordenadores dos projetos de pesquisa selecionados foi diversificado em vários aspectos (Tabela 2). Os 108 projetos foram coordenados por 74 pesquisadores diferentes, com quatro deles participantes em mais de três editais em anos diferentes. Quanto à titu-

O perfil dos pesquisadores também sinaliza a integração dos serviços de saúde com a identidade institucional da ESCS. Todos os coordenadores têm vínculo laboral com os serviços, seja na assistência, na gestão ou na vigilância em saúde. Do total de 74 pesquisadores, 27 (36,48%) atuam em atividades de docência na graduação ou pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* na ESCS.

Tabela 2**Titulação dos coordenadores dos projetos de pesquisa de 2008 a 2020. Brasília, DF, Brasil, 2021**

Ano	Especialista	Mestre	Doutor	N de projetos
2008	0	5	4	9
2009	11	0	0	11
2010	0	2	7	9
2011	0	7	5	12
2012	0	7	2	9
2013	0	7	6	13
2014	0	1	3	4
2015	0	3	2	5
2016	0	0	6	6
2017	0	1	6	7
2018	0	1	8	8
2019	0	0	10	10
2020	0	3	2	5
Total	11	37	61	108

Fonte: CPECC/ESCS, junho/2021.

Produtos gerados pelos Projetos

As pesquisas fomentadas geraram produtos, material bibliográfico e material institucional técnico/tecnológico como dissertações, teses, artigos, livros, capítulos de livros,

cartilhas, *e-book*, tecnologias assistenciais e softwares. Algumas pesquisas foram exitosas na incorporação pelo serviço destas novas tecnologias, a alteração de protocolos assistenciais, avaliação de serviço, entre outros. O programa de fomento, desde que foi implantado, direcionou recursos para pesquisas na assistência à saúde, na vigilância, na gestão, em educação e em áreas transversais, conforme demonstrado nos eixos dos editais de seleção.

Na análise de uma amostra de 45 projetos, identificaram-se a produção de 14 dissertações, 10 teses e um trabalho de conclusão de curso (TCC), entre os anos 2009 e 2019. Foram publicados de 5 livros e 6 artigos.

Características da operacionalização do Programa de Fomento à Pesquisa

A partir da consulta aos editais publicados e aos processos de acompanhamento dos projetos financiados pelo Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS, foi possível fazer um levantamento de mudanças ocorridas ao longo da existência do

Programa. Essas mudanças estão relacionadas principalmente à elaboração dos editais; ao monitoramento dos projetos financiados, à gestão dos bens adquiridos com os recursos disponibilizados e aos normativos institucionais.

Editais

Ao longo dos anos, os editais de seleção do Programa de Fomento à Pesquisa tiveram como referência os editais de outras agências de fomento, mas principalmente da FAPDF, mais próxima à realidade da Escola. Contudo, foram adaptados às necessidades da SES/DF, ao perfil da nossa clientela (servidores da SES/DF interessados em pesquisa e docentes dos cursos de pós-graduação da ESCS) e ao respectivo momento de lançamento: (i) As notas passaram a ter peso maior nos quesitos mérito e aplicabilidade do projeto em dar respostas ao aprimoramento da rede de serviços da SES/DF. (ii) Os candidatos inadimplentes com as prestações de contas relativas a projetos de pesquisas executados com apoio da Fepecs, em editais anteriores ou em tomada de contas especial, passaram a ser excluídos dos processos seletivos. (iii) Cursos de capacitação, treinamento e visitas técnicas deixaram de ser financiados por entender que o pesquisador deve ter a expertise para desenvolver o tema de pesquisa que propõe. (iv) Passaram a serem financiados apenas projetos desenvolvidos no âmbito da SES/DF, com limitação de até dois projetos por

pesquisador, selecionados em editais diferentes. (v) Os candidatos com título de doutor passaram a ter uma margem maior de financiamento em relação aos mestres, considerando a capacidade técnica de produção de projetos mais robustos. (vi) Além das etapas de habilitação documental e avaliação do mérito científico, os editais passaram a contar com a etapa de avaliação da adequação orçamentária ao plano de trabalho proposto, que consiste na análise da coerência entre os valores solicitados para os diversos itens e os preços praticados no mercado, bem como a pertinência das despesas de capital e custeio às necessidades de desenvolvimento de cada projeto. Essa ação foi importante para aumentar a garantia do melhor uso do recurso limitado. (vii) Para melhorar o desempenho do monitoramento, o prazo para vigência dos TOAs passaram a ser de até 24 meses, com prazo máximo de prorrogação de 12 meses.

Monitoramento

O monitoramento dos projetos de pesquisa é iniciado após a assinatura dos Termos de Outorga a Aceitação Financeira, com publicação dos respectivos extratos em Diário Oficial do DF (DODF), e a emissão das Ordens Bancárias referentes ao financiamento de cada projeto. A partir daí, inicia a vigência dos TOAs. Esse monitoramento é realizado pela CPECC/ESCS em conjunto com o Comitê de Monitoramento Permanente dos Projetos de Pesquisa da Fepecs (CMP/Fepecs) e outras instâncias administrativas, como a Procuradoria Jurídica (Projur/Fepecs) e a Unidade de Administração Geral (UAG/Fepecs).

A CPECC/ESCS monitora o desenvolvimento técnico-científico dos projetos participantes do Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS e realiza capacitações dos pesquisadores para as prestações de contas. O monitoramento técnico-científico inicia formalmente com a realização de seminário denominado Marco Zero, evento que se propõe a orientar e esclarecer dúvidas quanto à condução técnica dos projetos, com espaço para debate sobre ajustes metodológicos e eventuais gargalos de condução.

Em 2015, os pesquisadores passaram a contar com o serviço de consultoria para a prestação de contas, oferecido pela equipe técnica da CPECC/ESCS. Esse serviço tem como finalidade auxiliar os pesquisadores na organização dos documentos necessários a cada prestação de contas, além de sanar dúvidas sobre os normativos, acompanhar o

desenvolvimento técnico-científico das pesquisas financiadas, e mediar a relação do pesquisador com outras instâncias da ESCS e da Fepecs. Com o advento da pandemia pelo vírus COVID-19, tanto o Seminário Marco Zero quanto os atendimentos aos pesquisadores passaram a ser realizados online, sem prejuízo para os pesquisadores e para o programa.

Em 2021 foi publicado Regimento para o CMP/Fepecs, conforme Instrução n.º 03/2021 – Fepecs¹⁰. Este Regimento atualiza e regulamenta as atribuições e funcionamento do CMP/Fepecs, sendo considerado um marco importante para o processo de monitoramento. A mesma Instrução também atualizou as diretrizes para as prestações de contas, trazendo um guia mais detalhado para os pesquisadores, além de normatizar penalidades para os inadimplentes.

Gestão dos bens adquiridos com recursos da Fepecs

Os bens de capital (equipamentos e materiais bibliográficos) adquiridos pelos projetos de pesquisa participantes do Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS são considerados patrimônio da Fepecs, conforme a Instrução n.º 08/2011 – Fepecs¹⁴. Anteriormente, eram patrimoniados e, por meio de Termo de Depósito, ficavam sob a guarda do pesquisador responsável durante o tempo de vigência de seu respectivo TOA. Após término da vigência, caso fosse de interesse dos serviços, os equipamentos podiam ser emprestados aos locais de execução das pesquisas, por meio de Termo de Cessão de Uso. Ocorre que, ao final da vigência deste termo, o bem retornava para guarda da Fepecs, na maioria das vezes obsoleto, como no caso de equipamentos de informática e aparelhos hospitalares, e sem condições de uso, o que gerava prejuízo para a instituição. Diante disso, a Instrução n.º 08/2011 – Fepecs foi modificada pela Instrução n.º 03/2018 – Fepecs¹⁵, a qual possibilita a doação dos bens que não são de interesse da Fepecs ao serviço de saúde da Rede SES-DF, local onde foi realizada a pesquisa ou outro que manifestasse interesse pelo bem. O processo de doação depende do aval do Conselho Deliberativo da Fepecs. Essa decisão gerou economia administrativa e patrimonial à Fepecs.

Normativos Institucionais

Devido à complexidade e aos diversos setores envolvidos, no final de 2020 os normativos que

regem o Programa foram atualizados com a publicação da Instrução n.º 28/2020 – Fepecs¹⁰, que regulamenta o Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS, e, em 2021 foi publicada a Instrução n.º 03/2021 – Fepecs, que aprova o Manual de Diretrizes e Prestação de Contas, o modelo de Formulário para Prestação de Contas e o Regimento do Comitê de Monitoramento Permanente do Programa¹⁵.

DISCUSSÃO

Observa-se que os projetos fomentados se caracterizam por uma integração profunda com o serviço de saúde, propiciada pela inserção dos pesquisadores e pela definição de objetos identificados em contextos reais, o que amplia o potencial de utilização dos conhecimentos e tecnologias produzidas, na perspectiva da translação de conhecimento (TC). Esta abordagem tem como objeto o conhecimento científico, particularmente na área da saúde, e o seu processo de transformação em resultados e ganhos para o sistema de saúde; o foco é a interação entre os vários atores (*stakeholders* e público-alvo) e a adequada aplicação em vários contextos; é um processo interativo e multidirecional, podendo ocorrer em múltiplas etapas do ciclo do conhecimento¹⁶.

Não é objetivo deste artigo, a análise da incorporação dos conhecimentos. Todavia, o acompanhamento dos projetos tem demonstrado que as pesquisas fomentadas têm sido importantes para a criação de novas agendas, elaboração de protocolos, mudança do processo de trabalho, instituição de novos fluxos, contratação de novos profissionais, aquisição de equipamentos, entre outras ações. A aplicação dos conhecimentos nos serviços de saúde do SUS-DF tem sido a grande força motriz do programa de fomento da ESCS/Fepecs, em um esforço de romper com a dicotomia entre teoria e prática e reduzindo a distância entre o mundo acadêmico e o ‘mundo real’, no qual se materializam as práticas de saúde em suas distintas modalidades¹⁷.

Os projetos apoiados no Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS/Fepecs nestes 14 anos são realizados em serviços de saúde, os quais possuem características muito diversificadas, que têm em comum dois aspectos básicos: os serviços como objeto privilegiado ou destacado e a orientação para uma utilidade potencial do conhecimento produzido nos processos de decisão nos sistemas e serviços¹⁸.

Estes projetos, ainda que sem um contorno rigidamente definido, se situam nas áreas de conhecimento multidisciplinar, que incluem as áreas de medicina, enfermagem, epidemiologia, avaliação tecnológica e econômica, saúde pública, gestão e administração, ciências sociais e políticas. Aplicam metodologias com uma pluralidade de abordagens, com predomínio daquelas de natureza quantitativa, epidemiológicas e estatísticas, além de uma utilização crescente das metodologias de natureza qualitativa¹⁹. Por estas razões os resultados destes estudos podem ser publicados em diferentes revistas científicas, assim como podem subsidiar publicações, como relatórios, cartilhas, livros, entre outras.

Assim como ocorre em outros países, no Brasil, o principal desafio é a capacidade de incorporação dos resultados das pesquisas no sistema e serviços de saúde. É necessário investir em estratégias eficientes de disseminação de informações que possibilitem abreviar o hiato existente entre o novo conhecimento e a sua utilização em benefício da população²⁰.

Reconhecem-se os desafios a serem enfrentados no âmbito da aplicação dos resultados dos projetos e na própria manutenção do programa de fomento. É preciso ter como objeto de estudos a adaptação dos conhecimentos produzidos pelas pesquisas para sua aplicação no contexto local. Observam-se barreiras ao uso do conhecimento produzido mesmo quando os atores envolvidos estão inseridos nos cenários. Deste desafio decorrem outros que ultrapassam os abordados, que são as dificuldades de tomar decisões e implementar intervenções baseadas em evidências científicas, que caracterizam os atuais contextos dos sistemas de saúde, nacionais e locais. Superados esses desafios, é preciso monitorar o uso do conhecimento e avaliar os resultados da sua utilização.

Em relação ao próprio programa de fomento, visualiza-se a preservação dos recursos orçamentários e financeiros, o monitoramento e avaliação, a automação de processos de trabalho interno em relação à prestação de contas, que merece um olhar cuidadoso para seu aperfeiçoamento. Prova disso é que entre 2015 e 2018 as relatórias das análises dos processos foram atualizadas pelo CMP e atualmente o monitoramento de sua execução financeira e desenvolvimento técnico-científico ocorrem em tempo real. A capacitação do público alvo sobre os problemas recorrentes de formulação, execução e prestação de contas deve

compor a agenda do programa de fomento, bem como a criação de métodos e técnicas que favoreçam o controle e a transparência da condução dos projetos fomentados por recursos públicos.

Por outro lado, identificam-se avanços neste programa que justificam sua preservação e ampliação. Destacam-se o estímulo à participação dos profissionais de saúde, na condição de equipe técnica ou pesquisadores, no complexo processo de identificação dos problemas que precisam ser abordados, assim como na seleção do conhecimento teórico-metodológico relevante para a pesquisa sobre o problema selecionado gerando aprendizado institucional. Outros aspectos que são considerados avanços cognitivos residem na aprendizagem proporcionada pela condução dos projetos, que demandam experiência acadêmica, noção de planejamento, cumprimento de cronograma, regras de prestação de contas físico-financeiras e legislações. Considera-se também como avanços, a integração entre ensino, pesquisa, assistência, gestão, vigilância que os projetos de pesquisa proporcionam, bem como o envolvimento com a difusão dos conhecimentos produzidos por meio de publicações acadêmicas, seminários locais, nacionais e internacionais.

Ademais, o programa de fomento da ESCS/Fepecs tem representado um importante vetor de mudanças para os programas de pós-graduação *stricto sensu* da ESCS, porque proporciona o financiamento dos produtos e processos a serem desenvolvidos pelos mestrados, que são oriundos dos serviços de saúde do SUS-DF. Assim, o fomento a pesquisa assume especial relevância na produção do conhecimento sobre os sistemas e serviços de saúde com o objetivo de orientar o desenho de políticas e a melhoria do desempenho, tanto os estudos independentes quanto aqueles que se desenvolvem nos programas de mestrado e doutorado das instituições de ensino da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso entre os atores do processo (pesquisadores, gestores, profissionais e usu-

ários) que investimentos, até mesmo vultosos, devam ser aplicados para o fortalecimento, expansão e consolidação de programas que apoiem o desenvolvimento de pesquisas com o fortalecimento de projetos de pesquisa; a publicação de periódicos nacionais; a participação de pesquisadores em eventos; realização de congressos; desenvolvimento de projetos de manutenção, atualização e modernização da infraestrutura de pesquisa e prestação de serviços tecnológicos das Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTs); e a cooperação entre ICTs e empresas no desenvolvimento científico e tecnológico ².

Entretanto, a realidade de escassez de recursos, a burocracia inerente aos órgãos públicos, as dissociações entre os interesses políticos, os sociais e os da ciência são alguns dentre tantos outros desafios.

Por isso, é mister compreender a complexidade de um programa de fomento, que envolve não apenas a captação, gestão e liberação de recursos, mas identificar lacunas de conhecimento e deficiências organizacionais, por meio da elaboração de eixos prioritários e linhas de pesquisa, que atendam as necessidades permanentes e impermanentes para a manutenção e aprimoramento da saúde da população.

Identificar, capacitar e engajar pesquisadores da assistência ou da academia; mediar e avaliar a incorporação das tecnologias desenvolvidas como produtos dessas pesquisas; identificar potenciais de inovação baseado no desenvolvimento científico e tecnológico para o aprimoramento do SUS, são aspectos fundamentais para o sucesso do programa.

O Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS/Fepecs não foi indiferente a estes princípios desde a sua criação, e, apesar das limitações deste estudo, os dados apresentados, evidenciam sua importância no desenvolvimento acadêmico, assistencial e científico para os usuários da SES do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde - APPMS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_prioridades_pesquisa_ms.pdf
2. Brasil. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal; 1988.
3. Brasil. Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 2015 fev.27; Seção 1. p 04.
4. Brasil. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Lei Orgânica do Distrito Federal, de 09 de junho de 1993. Diário Oficial do Distrito Federal nº 116. 1993 jun.09; Suplemento especial. p 01-48.
5. Brasil. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Emenda à Lei Orgânica nº 72, de 23 de abril de 2014. Diário Oficial do Distrito Federal nº 82. 2014 abr.25; Seção 1. p 01.
6. Brasil. Governo do Distrito Federal. Lei nº 2.676, de 12 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a criação da Fundação de Pesquisa em Ciências da Saúde. Diário Oficial do Distrito Federal nº 10. 2001 jan.15; Seção 1. p 02.
7. Brasil. Governo do Distrito Federal. Decreto nº 26.128, de 19 de agosto de 2005. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS, e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal nº 159. 2005 ago.22; Seção 1. p 08-11.
8. Brasil. Fundação de Pesquisa em Ciências da Saúde. Instrução nº 21, de 06 de outubro de 2008. Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde da Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS, financiado com recursos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - Fepecs. Diário Oficial do Distrito Federal nº 207. 2008 out.16; Seção 1. p 11-12.
9. Brasil. Fundação de Pesquisa em Ciências da Saúde. Instrução nº 15, de 11 de novembro de 2011. Manual de Prestação de Contas da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), que trata da prestação de contas dos recursos financeiros repassados a pesquisadores de projetos de pesquisa na área da saúde. Diário Oficial do Distrito Federal nº 223. 2011 nov.22; Seção 1. p 08.
10. Brasil. Fundação de Pesquisa em Ciências da Saúde. Instrução nº 28, de 23 de dezembro de 2020. Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde da Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS, financiado com recursos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - Fepecs. Diário Oficial do Distrito Federal nº 246. 2020 dez.31; Seção 1. p 51-52.
11. Brasil. Fundação de Pesquisa em Ciências da Saúde. Instrução nº 03, de 25 de janeiro de 2021. Manual de Diretrizes e Prestação de Contas, Formulário para Prestação de Contas, e Regimento do Comitê de Monitoramento Permanente do Programa de Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS, da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS. Diário Oficial do Distrito Federal nº 24. 2021 fev.04; Seção 1. p 12.
12. Sá-Silva JR, Almeida CD, Guindani JF. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Rev Bras História Ciências Sociais 2009; 1:1-15. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>
13. Macedo AS, Alcântara VC, Andrade LFS, Ferreira PA. O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. Cadernos EBAPE.BR. 2016, 14(n. spe): 593-618. Doi: 10.1590/1679-395117188.
14. Brasil. Fundação de Pesquisa em Ciências da Saúde. Instrução nº 08/2011, de 27 de julho de 2011. Normas de Administração e Controle de Bens Patrimoniais, que disciplinam a administração e o controle dos bens patrimoniais da FEPECS. Diário Oficial do Distrito Federal nº 148. 2011 ago.01; Seção 1. p 13-15. Disponível em: <http://www.fepecs.edu.br/index.php/79-institucional/legislacao/instrucao>
15. Brasil. Fundação de Pesquisa em Ciências da Saúde. Instrução nº 03/2018, de 29 de janeiro de 2018. Aprova a alteração do Anexo Único da Instrução nº 8, de 27 de julho de 2011. Diário Oficial do Distrito Federal nº 27, de 07/02/2018. fev.07; Seção 1. p 06. Disponível em: <https://www.dodf.df.gov.br/DiarioDia.pdf>

16. Bezerra LCA, Felisberto E, Costa JMBS, Hartz Z. Translação do Conhecimento na qualificação da gestão da Vigilância em Saúde: contribuição dos estudos avaliativos de pós-graduação. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 2019, 29 (01):1-33. Doi: 10.1590/S0103-73312019290112
17. Ellery AEL, Bosi MLM e L, Francisco A. Integração ensino, pesquisa e serviços em saúde: antecedentes, estratégias e iniciativas. *Saúde e Sociedade*. 2013 (22)1: 187-96. doi. [10.1590/S0104-12902013000100017](https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000100017).
18. Novaes MRCG, Motta ML, Silva FTE, Silva RE, Silva CCG, Baliero VAT, Tenório M. Incentivos e desafios relacionados à condução da pesquisa científica, tecnológica e de inovação no âmbito do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2019, 24(6): 2211-20. [Doi:10.1590/1413-1232018246.07932019](https://doi.org/10.1590/1413-1232018246.07932019)
19. Novaes HMD. Research in, about, and for health services: an international overview and questions for health research in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*. 2004, 20(suppl 2): S147-S157. [Doi:10.1590/S0102-311X2004000800002](https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000800002)
20. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Por que pesquisa em saúde? Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_saude.pdf.